

Episódio 07:

Ecologia: capitalismo ou comunismo?

Link: https://ddt21.noblogs.org/?page_id=3214

A afirmação pode ser contundente, mas é necessária: a única solução para a "crise ecológica" contemporânea é uma revolução comunista. Mas ainda precisamos chegar a um acordo sobre o que essa revolução alcançaria, o que pressupõe um retorno à essência do capitalismo.

1 / MUITAS DEFINIÇÕES

Capitalismo burocrático, capitalismo de estado, capitalismo gerencial, capitalismo liberal, capitalismo neoliberal, capitalismo monopolista, capitalismo rentista, capitalismo pós-industrial, capitalismo termo-industrial, capitalismo consumista, capitalismo cognitivo, capitalismo de impulso, capitalismo libidinal, capitalismo espetacular, capitalismo patriarcal, capitalismo tecnocapitalista, capitalismo tardio (termo usado desde o início do século 20), capitalismo farmacopornográfico... e agora capitalismo fóssil. Invariavelmente, o qualificador supera o que ele qualifica. O que deveria atualizar e esclarecer a definição de capitalismo, em vez disso, a apaga, como se a adição revelasse a verdadeira natureza do capitalismo que, até então, não havia sido vista porque não estava madura o suficiente. Todos acrescentam um qualificador de acordo com seu campo de especialização ou afinidades teóricas, e a lista aumenta, partindo de realidades inegáveis que uma época ou moda gosta de considerar como certas.

Assim, do produtivismo e do extrativismo, termos originalmente neutros ou positivos de uso comum na indústria, a ecologia os transformou naquilo que caracterizaria o capitalismo e, finalmente, abriria caminho para sua verdadeira crítica.

No passado, a descolonização promoveu um marxismo do Terceiro Mundo; hoje o capitalismo está sendo reinterpretado à luz da questão de sexo/gênero e, depois, de raça. A emergência ecológica está dando origem a novas teorias do modo de produção capitalista, com base em fragmentos pensados como o todo, porque a realidade social atual é incapaz de compreender o todo e, portanto, os fundamentos que, no entanto, são necessários para transformá-lo ou derrubá-lo.

2 / CLASSES

Caracterizar o capitalismo pela acumulação e pela busca do lucro não levanta necessariamente muitas discordâncias, mesmo para um liberal: o debate começa com o mecanismo dessa acumulação e o que acontece com o lucro. Defini-lo em termos da proporção entre capital e trabalho assalariado já é menos bem aceito. Mas usar as palavras "burguês" e "proletário" é visto como marxismo ideológico e antiquado, quase marxismo *da classe trabalhadora*.

Uma ilustração disso pode ser encontrada em um livro que, de resto, é muito estimado: *The Human Planet. How We Created the Anthropocene (O Planeta Humano: Como Criamos o Antropoceno)*. Nele, Simon Lewis e Mark Maslin descrevem a "*mudança decisiva*" de um modo de vida rural e agrícola para uma sociedade "*movida pelo lucro*". Ganhar e acumular dinheiro já era praticado muito antes do modo de produção capitalista. A novidade introduzida pelo modo de produção capitalista é a preponderância do acúmulo de dinheiro com o objetivo de investi-lo, e não simplesmente para desfrutar da própria fortuna. A empresa (e não apenas o empreendedor *individual*: veja nosso episódio 2, § 2) investe para obter um lucro cada vez maior e, sob o impulso da concorrência, começa novamente em uma escala maior.

De acordo com Simon Lewis e Mark Maslin, somos dominados por "*uma elite guiada pela tecnologia que é uma ameaça para todo o planeta*": eles reconhecem a existência de classes e as "*bases de classe do modo de vida atual*", mas não chegam à conclusão de que há uma relação dinâmica que produz o sistema social, o faz evoluir e pode destruí-lo, porque, para eles, a força motriz da história é a combinação de energia, tecnologia e informação. É verdade que existem trabalhadores, e até mesmo uma "*classe trabalhadora industrial*", mas eles fazem parte do "*povo*", que para eles é "*o fator-chave*".

Refletir sobre o modo de produção capitalista sem tratar das classes, ou sobre as classes sem considerar as lutas de classe, é um retrocesso, mesmo que seja apenas em comparação com os historiadores burgueses da Revolução Francesa no século XIX (que não abordaram o assunto como socialistas ou comunistas, é claro).

Mas definir o capitalismo em termos da exploração dos proletários pela burguesia também não é suficiente. Essa exploração deve ser diferenciada daquela dos escravos e servos (os escravos não derrubaram seus senhores, nem os servos derrubaram seus senhores). No modo de produção capitalista, é precisamente o próprio mecanismo de exploração, nesse caso a contradição capital/trabalho, que torna possível prever seu fim.

Esse é o significado e o propósito do *Manifesto* de 1848, sem o qual Marx e Engels seriam sociólogos e filósofos, engajados em ações políticas para melhorar as coisas, como tantos outros em seu tempo e no nosso, sem a pretensão de contribuir para uma teoria *comunista*.

Não se trata de insistir em classes para permanecer fiel a um dogma. Se não percebemos a existência de uma burguesia cujos interesses estão, por "natureza", em contradição com os dos proletários, não entendemos o obstáculo a ser superado, nem como superá-lo. Na melhor das hipóteses, eles pedem uma democratização que removeria ou diminuiria o poder da "oligarquia". Na pior das hipóteses, como "estamos todos no mesmo barco", contamos com a boa vontade de todos.

3 / PRODUTIVIDADE

Onde está a força extraordinária do modo de produção capitalista? Na busca pela produtividade, que explica a produção pela produção. Produzir para obter lucro significa economizar - reduzindo sistematicamente - o trabalho. O que pressupõe a contagem do tempo e, a partir daí, a contagem de tudo. Mas onde essa produção é organizada? Naquela realidade igualmente essencial ao capitalismo, a empresa: o capital é uma força impessoal, gerenciada por seres humanos, mas superior a eles. Esse é o alicerce do sistema que precisamos derrubar: colocá-lo a serviço de outra política, outra forma de desenvolvimento, outra forma de crescimento, só mudará sua superfície.

Produtivismo é uma palavra enganosa. Esse sistema não produz para produzir, mas para acumular valor, não por meio de um movimento autônomo, mas por meio do trabalho produtivo. Para o benefício, é claro, da classe que lucra; mas a burguesia é apenas o agente, não a causa. Por outro lado, embora exista de fato uma "sociedade de consumo" (em um grau que Marx dificilmente poderia ter imaginado), o capitalismo não se baseia no consumo pelo consumo. Ele é um efeito. Mas o que é mais visível nesse modo de produção, e o que é muito real, não o define - nem a hiperprodução nem o hiperconsumo. Caso contrário, o "anticapitalismo" significará apenas lutar contra esses excessos e incentivar a moderação (a discordância é apenas sobre os meios: limitar o capitalismo por meio do voto, ou agindo nas ruas, ou criando uma economia alternativa que dê um bom exemplo).

4 / DUAS CONTRADIÇÕES? ou A NATUREZA É UMA FORÇA HISTÓRICA?

°No decorrer do século XX, diante de um capitalismo que continuava a crescer e a dominar o mundo, algumas pessoas, impacientes, julgando que a contradição capital/trabalho era historicamente insuficiente e teoricamente inadequada, sentiram que

era necessário encontrar outra, cuja adição nos permitiria finalmente entender os segredos do capitalismo e facilitaria sua abolição.

Assim, a exploração foi complementada - ou substituída - pela alienação.

De maneira completamente diferente, desde a década de 1980, vários marxistas, especialmente James O'Connor, apresentaram a tese de uma "segunda contradição do capitalismo": à contradição entre as forças e as relações de produção, eles acrescentaram outra, entre o modo de produção e suas condições materiais, em particular a natureza.

Quando Marx, para nos limitarmos a ele, falou de *contradição*, foi para designar a dinâmica que anima, faz evoluir e pode destruir um sistema social, nesse caso, o modo de produção capitalista: a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, e/ou entre o trabalho assalariado e o capital. Esse "e/ou" é necessário porque o pensamento marxiano e depois marxista equiparou amplamente essas duas oposições uma à outra, como se o proletariado fosse o portador das forças produtivas, que ele aproveitaria para desenvolver para o benefício de todos, contra os defensores burgueses das relações de produção a serviço de seus próprios interesses. Sobre Marx e o marxismo, veja nosso episódio 1, § 4.

O'Connor retoma essa contradição, mas inclui a natureza nas forças de produção. Marx, explica ele, sabia que a agricultura e a silvicultura capitalistas estavam destruindo a natureza, mas não havia entendido que a degradação da natureza (infinitamente mais grave no século XX do que no século XIX) era um poderoso fator de redução dos lucros e das possibilidades de acumulação, a ponto de, segundo O'Connor, constituir uma contradição estrutural desse modo de produção.

Para Marx, essas eram simplesmente restrições adicionais ao capital. Ricardo, por outro lado, insistiu na queda do lucro devido à diminuição da produtividade agrícola em razão da necessidade de explorar solos menos férteis. No século XIX (Ricardo morreu em 1823), mesmo no país que foi a força motriz por trás da Revolução Industrial, a agricultura ainda era muito importante. Em *O Capital*, a breve passagem sobre classes no final do Livro III inclui os "proprietários de terras" nas "três grandes classes da sociedade moderna" ao lado dos "trabalhadores assalariados" e dos "capitalistas".

Tudo depende do significado dado à "contradição". A contradição entre burgueses e proletários estrutura o capitalismo e pode um dia levar à sua destruição. Por outro lado, se o capitalismo arruinar suas bases "naturais" - que ele tende a tratar como quase gratuitas ou inesgotáveis -, isso reduz e ameaça seus lucros, complica a atividade de certos setores e arruinará outros, mas não coloca em questão sua perpetuação como

sistema. Ele resolverá a crise socioecológica à sua própria maneira (devastadora para a natureza e catastrófica para os proletários) sem se destruir. Poderíamos dizer que essa evolução "muda tudo", exceto pelo fato de que não se trata de uma contradição que afeta os fundamentos de um modo de produção.

Além disso, James O'Connor amplia o agente da mudança social para além do trabalho assalariado e vê uma unidade emergindo entre "*o movimento trabalhista*" e "*o feminismo, os movimentos ambientais*", os "*novos movimentos sociais*" e "*a luta popular quase universal para proteger as condições de produção*" e para "*democratizar o Estado*". Em 1988, ele renunciou o que tem sido teorizado desde então: a "contradição de classe" seria apenas uma entre muitas: as de gênero, raça... então por que não acrescentar um movimento "climático" supostamente capaz de mobilizar multidões. Qualquer protesto de qualquer importância, qualquer revolta, agora é visto como uma contradição estrutural do capitalismo e julgado de acordo com sua capacidade de levar as massas às ruas. Tudo a que nos opomos deve necessariamente fazer parte do capitalismo, definido da maneira mais extensível possível, e qualquer luta seria anticapitalista. Muitos autores tomam muito cuidado para não dar a impressão de hierarquizar as lutas e, portanto, as "pessoas" que participam delas. Não haveria mais um centro de gravidade social: o centro agora estaria em toda parte.

Basicamente, O'Connor vê as condições materiais de produção como uma força histórica cuja ação, como a de todas as forças produtivas, teria um efeito sobre as relações de produção capitalistas. Mas o que a natureza *faz*? A Terra se limita a se adaptar àquilo *a que* está sujeita (figurativamente falando, poderíamos chamá-la de "resiliente"). Ela também é capaz de cometer erros e faz mais do que responder a estímulos e restrições que a empurram em uma única direção. Esse não é o caso de uma floresta, de uma geleira ou de um campo de petróleo. Entre as forças produtivas, somente o proletariado tem uma existência social e, portanto, pode atuar como um sujeito histórico.

5 / SOCIEDADE INDUSTRIAL OU CAPITALISTA?

A tecnologia governa o mundo?

A burguesia tem o monopólio da tecnologia ou o monopólio dos meios de produção?

Ambos, certamente, mas o primeiro decorre do segundo.

Em outras palavras, o modo de produção capitalista é, *antes de tudo*, tecno-capitalismo?

É um fato que os "marxistas" tendem a considerar a tecnologia como socialmente neutra, um instrumento do qual os proletários se apropriariam ao levá-la ainda mais

longe, colocando-a a serviço da humanidade e não de uma minoria. Mas identificar a falha marxista não é suficiente. Temos de chegar ao cerne desse modo de produção e do que faz e sustenta sua classe dominante. Os burgueses dominam a tecnologia porque dominam a *divisão social* que os torna proprietários dos meios de produção, e não o contrário: especialistas, engenheiros, cientistas, tecnocratas, etc., não governam o mundo. A burguesia não é uma modernizadora por princípio: foi a concorrência com seus rivais e a luta contra a resistência dos assalariados que a levou à tecnologia de máquinas no passado e à tecnologia digital hoje. As operações do MIT estão vinculadas às de Wall Street, o que não quer dizer que o primeiro receba ordens do segundo, ou que, ao se livrar do segundo, o segundo finalmente serviria ao bem comum.

6 / INOVAÇÃO CAPITALISTA

O modo de produção capitalista não é definido pelo trabalho (que é muito anterior a ele), mas pelo trabalho *assalariado*, cuja existência pressupõe a separação entre o trabalhador e os meios de trabalho. Há algumas décadas, esse é um fato mundial: o declínio acelerado da auto-subsistência e das plantações de alimentos fez com que mais da metade da humanidade se aglomerasse em cidades onde os "sem reservas" não têm outro meio de vida a não ser serem contratados por um patrão, na medida em que são capazes de fazê-lo. Nos chamados países ou regiões desenvolvidos, a grande maioria da população é assalariada: até mesmo as profissões "liberais" (como a advocacia) empregam um grande número de funcionários assalariados, e a maioria dos empreendedores "autônomos" é dominada por um patrão que lhes impõe o papel de funcionário assalariado, sem a relativa proteção proporcionada por esse status. A divisão do trabalho (a divisão em classes) não esperou pelo capitalismo, mas somente o capitalismo desenvolve uma sociedade em que todos tendem a depender da venda (se forem proletários) ou da compra (se forem burgueses) de força de trabalho.

O capitalismo também não é caracterizado pelo dinheiro. É tudo uma questão de proporção: até que ponto um fenômeno é poderoso o suficiente para estruturar uma sociedade? Havia classes de comerciantes no passado: em seu primeiro volume de *Grands courants de l'histoire universelle* (1944), Henri Pirenne chegou a ver uma burguesia no antigo Egito devido à presença de um grupo social cuja única fonte de renda era o comércio. As finanças malucas e a especulação não são novas: a Holanda teve sua "crise das tulipas" no século XVII. O que há de novo no capitalismo é que o trabalho é uma mercadoria, portanto, tudo tende a ser mercantilizado e as relações são cada vez mais mediadas pelo dinheiro. É possível viver *fora da rede*, mas é quase

impossível viver sem dinheiro. As comunidades alternativas que querem viver sem dinheiro conseguem, na verdade, viver com *muito pouco* (benefícios sociais mínimos, pequenas economias, dinheiro fornecido por amigos ou pela venda de alguns produtos). O trabalho assalariado e o capital se encontram nas empresas (veja nosso episódio 2, § 2). Cada uma delas é forçada pela concorrência a aumentar sua produtividade a fim de acumular mais valor do que suas rivais. O crescimento é uma restrição e, com ele, os fenômenos que se tornaram sistemáticos no capitalismo industrial: inovação permanente, obsolescência programada, superprodução, superacumulação... com suas consequências para os proletários e a natureza.

7 / UM POUCO DE HISTÓRIA

Reacendido pela controvérsia "antropoceno ou capitaloceno", o debate sobre a periodização do modo de produção capitalista é, na verdade, sobre sua natureza.

De acordo com alguns defensores do capitaloceno, a Revolução Industrial (no final do século XVIII na Europa) não teria sido possível sem o "capitalismo de commodities" (desde o século XVI), ou seja, sem a expansão colonial e a exploração de outros continentes.

É verdade que o comércio colonial (especialmente as receitas do comércio de escravos e do açúcar) acumulou fortunas que foram posteriormente investidas no setor têxtil e estimulou a demanda por produtos manufaturados. Mas a história precisa ir ainda mais longe. A tese da centralidade do comércio transatlântico na Revolução Industrial ignora a necessidade anterior de capacidade (e superioridade) "industrial" para garantir o domínio dos mares. Antes disso, era preciso acumular fortunas por meio do comércio intraeuropeu, principalmente de tecidos, o que, por sua vez, pressupunha uma produtividade superior na agricultura e no artesanato (ou protoindústria) no norte da Itália, em Flandres, na Inglaterra, na França e na Espanha. A circulação implicava produção. Os (enormes) lucros coloniais não são suficientes para explicar por que, na Inglaterra, no final do século XVI, a produtividade de um trabalhador agrícola aumentou 90% em comparação com os dois séculos anteriores, ou por que o rendimento por acre (0,4 hectare) de trigo aumentou 50% entre 1600 e 1750.

A Revolução Industrial foi precedida por uma revolução "industrial", na qual tudo se tornou gradualmente uma mercadoria. Antes da expansão do mercado de trabalho assalariado, havia sido estabelecido um mercado de arrendamento: para colocar suas terras para trabalhar, o proprietário estabeleceu uma competição entre os fazendeiros e contratou o mais produtivo, que, por sua vez, pressionou seus trabalhadores rurais a

obter o máximo de lucro. Na época, a Índia e a China também eram capazes de praticar agricultura de alto rendimento, mas apenas em bolsões de desenvolvimento: esses países não tinham um mercado competitivo, em um território dominado por um estado nacional relativamente estável e unificado, forte o suficiente para introduzir uma harmonização tributária mais avançada do que seus rivais (a França só teria um sistema tributário unificado depois de 1789). O capital também se tornou uma mercadoria (o primeiro mercado de ações surgiu em Amsterdã no início do século XVII).

O capitalismo industrial não teria existido, não teria se desenvolvido como se desenvolveu, sem a riqueza acumulada pelo capitalismo comercial, especialmente graças aos lucros da escravidão. Esses escravos ainda tinham de ser procurados e transportados contra países concorrentes, em um longo confronto militar e comercial entre as marinhas britânica, inglesa, holandesa, espanhola e francesa, até que a Inglaterra finalmente prevaleceu. No século XVII, um navio de guerra da Royal Navy era um sistema de navegação e combate (por exemplo, mil conectores de polia que precisavam ser trocados a cada cinco anos) ao alcance de países que já tinham capacidade para o que hoje chamaríamos de "indústria de armamentos" (Veneza foi a primeira potência marítima a padronizar peças de navios) e com uma capacidade social e técnica tão "high-tech" quanto um avião Rafale ou um drone Predator são hoje.

No espaço de poucas décadas, a interpretação da formação do capitalismo moderno mudou. A Revolução Industrial é minimizada (uma tendência sem dúvida ligada ao declínio do movimento operário *nas antigas metrópoles capitalistas*), e o que a precedeu é superestimado: o surgimento dos bancos, a exploração colonial, a escravidão e a subjugação das mulheres. O nascimento do capitalismo industrial se beneficiou do trabalho escravo, mas sua expansão coincidiu com o fim do tráfico de escravos e, em seguida, com a abolição da escravidão, e foi construído sobre o trabalho "livre", o trabalho assalariado, que é o que torna esse modo de produção tão original. Além disso, o comércio de escravos não explica o desenvolvimento industrial alemão ou o fato de os principais portos franceses de escravos não terem se tornado centros industriais. Sem o comércio transatlântico, certamente não teria havido o início da revolução industrial, mas a base estrutural do capitalismo está na relação capital/trabalho assalariado, que está presente desde o Renascimento, mas que só atingiu sua escala atual com a industrialização.

8 / CRISE

Conforme destacamos no final de nosso segundo episódio, a crise ecológica faz parte da crise da lucratividade. O capitalismo contemporâneo está tendendo a secar uma de suas fontes de lucro: a natureza. Esses "retornos decrescentes" são uma reminiscência do que Ricardo expôs em 1817, que ele explicou pela necessidade de cultivar solos menos lucrativos.

Mas o fenômeno é diferente daquele teorizado há dois séculos. No final do século XX e no início do século XXI, o aumento prodigioso da produtividade por hectare ("a Revolução Verde") ocorreu ao preço de um aumento igualmente enorme de "insumos" (fertilizantes, pesticidas etc.), e a menor rentabilidade da terra também se deve a uma deterioração do equilíbrio natural, inconcebível há duzentos anos, a menos que você fosse um visionário como Fourier.

O modo de produção capitalista - e, portanto, a burguesia que o dirige - tropeça no fato de que é impossível reduzir o trabalho (o fator *humano*) ao valor, ao tempo, aos fluxos, mas o mesmo se aplica aos fatores *naturais*. Não há antropomorfização do capital, nem qualquer "naturalização" do capital, que nunca subjuga completamente o trabalho ou a terra, os seres humanos ou a natureza, assim como a burguesia não domina a extravagância prometeica e destrutiva da qual é agente e beneficiária.

Entramos em uma crise "global" devido às contradições sociais e políticas agravadas pelo esgotamento dos recursos, pelo aumento do custo da energia e pelos danos ambientais, pela exacerbação das rivalidades interimperialistas e pela desestabilização geopolítica agravada.

A história nos ensina que as explosões sociais, e até mesmo as lutas *de classe*, podem chegar a becos sem saída ou tomar caminhos múltiplos e opostos. Até o momento, não há nada que indique que as ações proletárias atuais, tanto defensivas quanto ofensivas, em todos os continentes, levarão automaticamente a um questionamento e a uma reversão da relação capital/trabalho. Nessa situação, se ocorrer um grande desastre socioecológico (como um novo Chernobyl na Europa, uma onda de calor excepcional ou uma pandemia muito mortal), o Estado responderia, como fez durante o furacão Katrina, com paliativos que são tanto sanitários quanto repressivos.

9 / COMUNISMO

Limitar-nos-emos aqui a traçar rapidamente as consequências da definição do modo de produção capitalista delineada acima e em vários episódios anteriores. Algumas citações um pouco longas serão necessárias para nos situar em relação a uma perspectiva resumida por Marx no que consideramos ser a conclusão do Livro III: "*A liberdade só*

pode consistir nisto: os produtores associados - o homem socializado - regulam racionalmente suas trocas orgânicas com a natureza e as submetem a seu controle comum, em vez de serem dominados pelo poder cego dessas trocas. [...] A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental dessa liberação."

O ecossocialista Paul Burkett resume uma visão marxiana e marxista clássica, muitas vezes compartilhada de várias maneiras pelos anarquistas: ao contrário do capitalismo, que separa os produtores e os meios de produção, o socialismo/comunismo os reunirá, "*desmercantilizando a força de trabalho [...] A produção comunista ou 'associada' é planejada e realizada pelos próprios produtores e comunidades, sem as mediações impostas pela sociedade de classes: trabalho assalariado, mercado e Estado*". A propriedade comum e o trabalho associado restabelecerão o metabolismo das relações entre a espécie humana e a natureza, rompido pelo capitalismo. Também citamos Michel Husson: "*[...] o risco de uma grande desordem planetária é propriamente imensurável [...] e seu custo é infinito. O cálculo econômico usual não serve mais a nenhum propósito, por isso é necessária uma ruptura radical. Precisamos sair da esfera do cálculo comercial*".

Mas será que é para continuar *calculando*, embora de uma forma que não seja comercial?

Se o modo de produção capitalista é o sistema social mais eficiente já inventado para reduzir os custos de produção, ele deve isso especialmente à contabilidade metódica do tempo de trabalho, refletida na obsessão moderna de "ganhar" ou "perder" tempo. Será que uma sociedade liberada do capitalismo poderia praticar um cálculo sistemático dos tempos de produção que continuaria a ser um simples instrumento de gestão racional (e justa), sem pressionar os produtores, mesmo os fraternos e os de classe média, a se tornarem mais lucrativos, como fazem hoje, exceto pelo fato de acreditarem que estão fazendo isso em seu próprio interesse? Com a inevitável consequência de que essa pressão também seria exercida sobre as condições materiais de sua produção, levando à superexploração da natureza?

No século XIX, Engels talvez tenha sido o homem que mais se aprofundou nesse assunto. Ele considerava o tempo como o "*padrão natural, adequado e absoluto*" do trabalho e fez dele o regulador da produção comunitária: no entanto, ele explicou que, se 100 milhões de tecidos exigissem 1.000 horas de trabalho, isso não significaria que esses 100 milhões de tecidos "*valeriam mil horas de trabalho*" (grifo de Engels), porque sua produção seria determinada apenas pelos "*efeitos úteis dos vários objetos de uso,*

pesados uns contra os outros e contra as quantidades de trabalho necessárias".
(*Anti-Dühring*, 1878)

Para Engels e os marxistas que adotaram sua análise, esse cálculo do tempo de trabalho não teria nada a ver com as contas capitalistas que visam à redução constante dos custos, pagando, portanto, o mínimo possível ao empregado e negligenciando os efeitos da produção sobre a natureza. Por que isso aconteceria? Porque, em sua opinião, o trabalho agora associado e conscientemente organizado permite conhecer, medir e prever as quantidades de trabalho necessárias *antes da* produção, a fim de alocar recursos humanos e materiais para satisfazer as necessidades decididas em conjunto por grupos de produtores. Dessa forma, o comunismo alocaria os recursos disponíveis, calculados em número de tijolos, quilos de cenoura e metros de tecido, *e também* em horas de trabalho.

Mas será que podemos contar *tanto* em quantidades físicas (o "efeito útil" físico) *quanto* em qualidade (o "gasto de trabalho" avaliado em tempo)?

Bem antes de *Anti-Dühring*, e vinte anos antes de *O Capital*, Marx disse: "*Em uma sociedade futura, onde o antagonismo de classe teria cessado, onde não haveria mais classes, o uso não seria mais determinado pelo tempo mínimo de produção; mas o tempo de produção social dedicado aos vários objetos seria determinado por seu grau de utilidade social*". (*Misère de la philosophie*)

Quase dois séculos depois, sob um capitalismo onipresente, mas também contestado por novas lutas, como o "anti-trabalho" da década de 1970, é possível repensar a questão.

Se é verdade que toda sociedade deve medir, comparar (e prever), não se segue que essas estimativas envolvam necessariamente relações de equivalência, como se estabelece entre as mercadorias no curso da troca. É o capitalismo que, para dar conta dos esforços reais e diversificados feitos ou planejados, precisa ser capaz de comparar tudo com tudo e, portanto, ter uma unidade geral de medida, o tempo de trabalho, para contar tudo no tempo e viver sob o domínio do tempo e o controle de horas e segundos. A busca por um critério pelo qual tudo possa ser comparado a tudo reflete o mundo do valor, em que toda atividade e objeto devem ser alinhados em uma única escala contábil, independentemente de sua própria natureza e dos esforços específicos que os produziram.

A digitalização do mundo é um exemplo impressionante disso. Nossos contemporâneos estão chocados com a prodigiosa e sempre crescente superabundância de *dados* que circulam no ciberespaço: todos os dias, quase 3 bilhões de e-mails são trocados e

700.000 novas horas de vídeo são adicionadas ao YouTube. A primeira coisa que deve nos surpreender é o fato de que tudo é reduzido a unidades comparáveis, mensuráveis e transportáveis: a foto do bebê, o artigo no *Guardian*, as imagens da manifestação e a música de Dido são transformadas em 0s e 1s, virtualmente, é claro, mas em um mundo virtual que é cada vez mais vivenciado como sendo tão real quanto o mundo real, se não mais.

Ninguém sabe o que aconteceria com a Internet em uma revolução. Talvez os amantes mantenham o desejo e a capacidade de enviar mensagens instantâneas uns aos outros de um continente a outro (desde que haja eletricidade suficiente para esse tipo de atividade e técnicos voluntários suficientes para manter essa rede planetária). Vamos supor, entretanto, que um tipo diferente de humanidade se cansaria de saber tudo sobre tudo com o clique de um botão e de dar sua opinião sobre qualquer coisa. Seja qual for o caso, e até onde é possível hoje formar uma ideia, o comunismo não procuraria reduzir cada prática ou cada objeto ao que eles contêm de comum e intercambiável com todos os outros. Ele buscaria satisfazer necessidades qualitativamente diferentes. Ele estimaria e contaria os meios disponíveis, sem avaliar todos eles (matérias-primas, ferramentas, capacidades humanas etc.) de acordo com uma essência comum, que seria o tempo médio de trabalho supostamente necessário para produzi-los.

Em 1934, Lewis Mumford mostrou como a contagem do tempo passou a dominar nosso mundo e viu o relógio mecânico, ainda mais do que a máquina a vapor, como a principal invenção da revolução industrial: "*O relógio é uma peça de maquinaria cujo 'produto' são segundos e minutos*".

Esses desvios não nos afastaram da ecologia, porque há maneiras de ver o mundo que nos impedem de compreendê-lo. Há uma ligação lógica necessária entre a exploração do proletário e o "desenvolvimento" devastador da Amazônia. Se o capitalismo é uma busca sistemática para reduzir os custos e o tempo de trabalho necessário para produzir - o que não leva a uma carga de trabalho menor, mas, ao contrário, a uma carga de trabalho cada vez maior - então isso exige uma contabilidade do tempo de trabalho, que não pode ser um dos fundamentos do comunismo. Para acabar com a sede burguesa de lucro e suas consequências devastadoras para o planeta, a revolução deve romper com a obsessão pela eficiência, da qual o próprio burguês é o agente. Ecologia e produtividade são incompatíveis.

G. D., abril de 2021

LEITURAS

Simon L. Lewis, Mark A. Maslin, *The Human Planet. How We Created the Anthropocene [O Planeta Humano: Como Criamos o Antropoceno]*, Pelican, 2018.

Marx et les classes: *Œuvres, Économie*, II, Gallimard, Pléiade, 1968, 1424 p.

Fragmento "Les classes", sobre as três "grandes classes da sociedade moderna", dado que a propriedade da terra está se tornando cada vez mais capitalista: *ibid.*, pp. 1484-1485.

James O'Connor (fundador com Barbara Laurence em 1988 da revista *Capitalism, Nature and Socialism*): *Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction*, 1988.

Sociedade industrial ou capitalista? O coletivo Pièces & Main d'œuvre interpreta o capitalismo sob o ângulo da hipertrofia técnica: "[...] a tecnologia - não seus 'excessos' - é o principal fato do capitalismo contemporâneo, da economia planetária unificada [...] A tecnologia é a principal frente na guerra entre os poderosos e os impotentes, a frente que controla as outras frentes. [A tecnologia é a principal frente na guerra entre os poderosos e os impotentes, a frente que controla as outras frentes. Não concordamos, é claro, mas só podemos recomendar a extensa documentação disponível em seu site.

Sur le travail: *De la Crise à la communisation, Entremonde*, 2017, cap. 3, § 2.

E *Trabalho: O desafio dos 7 erros*, 2017.

Sobre a crise capitalista contemporânea:

De la Crise à la Communisation, Entremonde, 2017, cap. 4.

E os capítulos finais de Bruno Astarian & Robert Ferro, *Ménage à trois*, Asymétrie, 2019.

Marx sobre "produtores associados": *Œuvres, Économie*, II, Pléiade, Gallimard, 1968, p. 1487-1488.

Marx, *Misery of Philosophy* (1847), Cap. 1, § 2.

Engels, *Anti-Dühring*, 1878, 3ª parte, Socialism, cap. IV.

Lewis Mumford, *Technique & civilisation* (1934) Ed. Parenthèse, 2016.

Communisation, 2011.

Bruno Astarian, *Crisis activity & communisation (Atividade de crise e comunicação)*, 2010.